

ESCOLA É VIDA NA COMUNIDADE*



MINUTA

**Proposta das Escolas Públicas do Campo para o não-fechamento:
“Fortalecimento das Escolas do Campo com Renucleação Intra-Campo
e Rearticulação das Instituições Escolares na Modalidade Educacional
do Campo”.**

Organização e Produção: GT do ENEPUC:

UNIOESTE (Francisco Beltrão e Cascavel); Escolas Públicas do Campo do Projeto de Extensão da Refocar/Unioeste; GEFHEMP; UFFs (Laranjeiras do Sul); NRE de Francisco Beltrão, Pato Branco e Cascavel.

Francisco Beltrão, novembro de 2019.

* Campanha pelo Não-fechamento e Fortalecimento das Escolas Públicas do Campo na Região Sul do Brasil.

**Minuta da Proposta das Escolas Públicas do Campo para o não-fechamento:
“Fortalecimento das Escolas do Campo com Renucleação Intra-Campo e Rearticulação
das Instituições Escolares na Modalidade Educacional do Campo”**

1. FORTALECIMENTO PARA O NÃO-FECHAMENTO

A luta pelo não-fechamento passa em primeira mão por fortalecer a escola pública do campo, rearticulando vínculos sociais e de aprendizagem justificando assim, tanto seu objetivo social de ensinar e formar os sujeitos que ali vivem quanto sua especificidade como escola do campo. Isso implica em desenvolver ações e propostas que garantam a efetivação da modalidade educacional do campo, como mais um passo para se chegar efetivar de modo amplo a Educação do Campo.

Neste ano de 2019, o trabalho do GT ENEPUC se deu nesta direção e dedicou-se um tempo razoável para produzir propostas possíveis para que a escolas sejam renucleadas intra-campo, rearticuladas às comunidades e suas organizações recriando as formas pedagógicas e readequando as estruturas, principalmente as rotas de ônibus. Além disso é necessário pensar o Ensino Médio no Campo com a especificidade própria articulando-se à formação profissional e também a Cursos Profissionalizantes.

Esta foi tarefa que desenvolveu-se ao longo do ano de 2019 no trabalho do GT que ora apresentamos, na expectativa que se deem passos para avançar na implementação desta Modalidade Educacional.

2. A REALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS REGIÕES DO SUDOESTE, OESTE E CENTRO-OESTE DO PARANÁ

A região Sudoeste do Paraná, historicamente, é marcada por grande presença de agricultores familiares e de grande presença das escolas públicas do campo. Atualmente, são 42 municípios com 86 escolas do campo, distribuídas entre os núcleos regionais de educação – NRE de Francisco Beltrão Dois Vizinhos e Pato Branco, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO CAMPO DOS NRE DO SUDOESTE DO PARANÁ

NRE	MUNICÍPIOS	ESCOLAS	PROF. EFETIVOS	PROF. PSS/EST.	ALUNOS
F. BELTRÃO	20	45	455	348	2130
DOIS VIZINHOS	7	14	176	93	722
PATO BRANCO	15	27	498	308	2886
TOTAL	42	86	1129	749	5738

Fonte: Trabalho de campo

A distribuição entre os NRE do Sudoeste do Paraná, os dados são os seguintes: No NRE de Francisco Beltrão, há 45 escolas estaduais do campo em 20 municípios, com 2.130 estudantes, 455 professores (QPM) e 348 (PSS). No NRE de Dois Vizinhos há 14 escolas estaduais do campo em 7 municípios, com 722 estudantes, 176 professores (QPM) e 93 professores (PSS). O NRE de Pato Branco, por sua vez, tem 27 escolas estaduais do campo em 15 municípios, com 2.886 estudantes e 498 professores (QPM) e 308 (PSS).

No ano letivo de 2019, nesse total de escolas da região Sudoeste, desenvolvem suas atividades docentes: 1.129 profissionais da educação do Quadro Permanente do Magistério (QPM) e 749 professores contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS). Em relação à quantidade de estudantes, os dados são muito significativos e constituem um total de 5.738 estudantes, distribuídos entre o Ensino Fundamental (4.458), Ensino Médio (1.120) e Educação de Jovens e Adultos (160).

No Núcleo Regional de Educação de Cascavel, há 31 escolas estaduais do campo em 18 municípios, com 3.068 estudantes; 402 professores (QPM) e 377 professores (PSS). No Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, há 24 escolas estaduais do campo em 10 municípios, com 3.446 estudantes; 407 professores (QPM) e 442 professores (PSS). No Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, há 19 escolas estaduais do campo em 8 municípios, com 4.438 estudantes; 375 professores (QPM) e 329 professores (PSS).

Em relação aos números totais dos NRE de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Pato Branco, Cascavel, Laranjeiras do Sul e Guarapuava, os dados são os seguintes, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: NÚMEROS TOTAIS DOS NRE DE FRANCISCO BELTRÃO, DOIS VIZINHOS, PATO BRANCO, CASCAVEL, LARANJEIRAS DO SUL E GUARAPUAVA

NRE ¹	MUNICÍPIOS	ESCOLAS	QPM	PSS	QPM + PSS	EF	EM	EF + EM	EJA
FRANCISCO BELTRÃO	20	45	455	348	803	1.855	275	2130	
DOIS VIZINHOS	7	14	176	93	269	584	138	722	
PATO BRANCO	15	27	498	308	806	2.019	707	2886	160
CASCAVEL	18	31	402	377	779	2.211	857	3.068	
LARANJEIRAS DO SUL	10	24	407	442	849	2.281	1.165	3.446	21
GUARAPUAVA	8	19	375	329	704	3.020	1.418	4.438	
TOTAL	78	160	2.313	1.897	4.210	11.970	4.560	16.530	181

Fonte: Trabalho de Campo

Entre os 6 Núcleos Regionais de Educação pesquisados durante o ano letivo de 2019, as escolas estaduais do campo estão presentes em 78 municípios, com 168 escolas, 2.313 professores (QPM), 1.897 professores (PSS), 16.530 estudantes do Ensino Fundamental e Médio e mais 181 da Educação de Jovens e Adultos.

3. RENUCLEAÇÃO INTRACAMPO

A nucleação escolar ou renucleação intracampo está prevista pelo Decreto nº 7.352/2010 e parecer CNE/CEB nº 3/2008.

Esta lógica de reorganização das escolas somente será possível recriando as rotas no sentido campo-campo e não campo-cidade, criando regionalizações, isso porque a legislação não permite o fechamento de escolas do campo Lei nº 12.960/2014.

A efetivação da renucleação intracampo implica num acordo entre prefeitura municipal, organizações locais, lideranças das comunidades e famílias da região a ser renucleada. Implica também em criar outras formas de ensino, por exemplo, cursos de ensino médio, alternância regular, aproximar as escolas das redes estaduais e municipais, criando núcleos que regionalizem as rotas, diminuindo as distâncias

4. REARTICULAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO

Estas mudanças se darão naquelas escolas que estão com risco de fechamento e que têm condições de serem fortalecidas com formas diferenciadas de organização, rearticulando-se e atendendo tanto a necessidade de escolarização quanto a formação profissional. A rearticulação da escola segue a indicação legal do Decreto 7.352 de 4/11/2010, Artigo 2º, Inciso IV – “valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;” e Inciso V – “controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.”

Compreende-se que estas possibilidades podem ser desenvolvidas com:

4.1 As escolas mais distantes com poucos alunos: **Escola de Multianos** com lotação de professores matrículas em uma escola-base;

4.2 As escolas maiores – anos finais e ensino médio - **Escola Pública do Campo com Alternância Regular** (renuclear e criar o Ensino Médio);

4.3 **Escola Pública do Campo com cursos de Ensino Médio** - Nas escolas maiores, ou aquelas onde se juntam os Multianos, matricular os estudantes das CFRs (para as CFRs, o Estado poderia manter parcerias com os municípios para que a Casa faça parte do mesmo projeto das Escolas Públicas do Campo);

4.3 **Escola Pública do Campo com Formação Profissional e Alternância Regular** - para anos finais e ensino médio que tenham a CFR anexa;

4.4 **Cursos de Formação Profissional Subsequente nas Escolas de Alternância Regular** – para os jovens e adultos que não chegam às universidades ou que estejam trabalhando no campo, terem oportunidade de profissionalização.

5. PROPOSTA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO

5.1 Escola Pública do Campo com Multianos

Multianos não é multisseriada, é uma forma de trabalho, de organização que rompe com a seriação, o qual é o modelo urbanocêntrico e que predomina na forma de organização do tempo e do conhecimento nas escolas. A ideia de multianos propõe que os conteúdos sejam tratados de forma circular e não mais hierárquicos. Cada ano engloba duas séries: 6º e 7º numa turma; 8º e 9º noutra turma. Ainda, estes conteúdos estão dispostos por semestres, de forma elipsoidal.

A organização multisseriada pressupõe que o professor atenda duas turmas simultâneas, logo haverá momentos em que um grupo de alunos receberá menor atenção do professor. Já a organização por multianos todos os alunos estão no mesmo grupo, logo não há duas turmas justapostas, há sim um multiano. [...] a sala de aula é uma “microssociedade [...] e os alunos não somente aprendem uns com os outros, mas sua relação com o saber será em parte determinada pela dinâmica da classe” (GAUTHIER, 2001, p. 65). Nesta lógica, quanto maior for a capacidade de interação, de socialização de saberes, permeada pelo professor, maior será a aprendizagem daquele multiano.

Logicamente, que não se desconsidera a multitarefa do professor num multiano, isto é, o multiano requer, exige do docente uma esforço maior, contudo, aqui o que pretendemos é considerar as grandes dificuldades de acesso ao ensino das populações do campo, pois o aluno ao se deslocar e permanecer dentro de um transporte por uma hora e meia a três horas, põe em xeque também a sua capacidade de aprendizagem numa classe seriada. Ainda no que se refere aos docentes, como expõe Tardif (2002, p. 51): “Os saberes docentes obedecem, portanto, a uma hierarquia: seu valor depende das dificuldades que apresentam em relação à prática. Ora, no discurso docente, as relações com os alunos constituem o espaço onde são validados, em última instância, sua competência e seus saberes. A sala de aula e a interação cotidiana com as turmas de alunos constituem, de um certo modo, um teste referente tanto ao ‘eu profissional’ quanto aos saberes veiculados e transmitidos pelo docente.” No que diz respeito à avaliação, como não são duas turmas e sim um multiano, a compreensão de como está o desenvolvimento do aluno tem destaque.

No Anexo I, está disposto todo o conteúdo de todas as disciplinas, pensando os multianos, tal documento segue o que está disposto no Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações (2018), apenas sua distribuição muda de forma.

5.2 Escola Pública do Campo com Alternância Regular

A manutenção e o fortalecimento das escolas públicas do campo têm na Pedagogia da Alternância Regular um importante instrumento, pois esta forma de organização político-pedagógica da escola se adéqua à realidade dos sujeitos educandos e de suas famílias. Historicamente, desde muito cedo, os filhos de famílias agricultoras contribuem na realização de tarefas nos trabalhos do campo. A Alternância Regular permite que estes jovens estudantes continuem estudando, com a mesma carga horária e até superior e, ao mesmo tempo, permaneçam no ambiente familiar, combinando as atividades de estudo e trabalho.

Em semanas alternadas, os estudantes ficam o dia todo na escola, 7h/a diárias, com uma carga horária de 800h, distribuídas em 23 semanas de 5 dias, com 7 h/a ao dia. Este horário é para que não tenham que sair tão cedo de casa e nem chegar tão tarde, deste modo,

além de evitar um desgaste para sua saúde por conta da adolescência, que lhes exigiria um tempo maior de sono, conseguem manter uma relação com a rotina de trabalho da família pois, em muitos caos, esta rotina fica prejudicada, desenraizando os estudantes, de forma precoce, tanto de sua família quanto do modo de vida do lugar.

5.3 Escola Pública do Campo com cursos de Ensino Médio

Criar cursos de Ensino Médio integrando as escolas multianos e, no caso de longas distâncias, criar turmas que funcionam em diferentes locais com uma Escola Base (utilizar-se da referência administrativa das Escolas Itinerantes do MST). A escola base seria a Escola do Campo mais próxima, podendo compartilhar a equipe diretiva e pedagógica, diminuindo assim o número de profissionais envolvidos na relação com o número de alunos.

5.4 Escola Pública do Campo com Formação Profissional e Alternância Regular

A permanência dos jovens no campo durante o processo formativo e, também em seguida à conclusão do Ensino Médio, será fortalecida na medida em que a escola vincule o processo educacional às demandas de formação técnico-profissional exigidas pelo processo de trabalho/produção. Dessa forma, a educação do campo de fato cumpre seu papel vinculando os jovens com as atividades produtivas do campo de forma qualificada e fortalece as possibilidades de permanência no campo.

Isso gera consequências econômicas, na medida em que ampliam as condições de produção e reprodução das famílias (sucessão familiar), com trabalho e renda. Além disso, a permanência no campo possibilita a continuidade e ampliação da sociabilidade no campo, ao invés de ampliar as taxas de desemprego e violência urbanas. Por fim, fortalece-se a dimensão cultural, ou seja, os valores, as práticas sociais, religiosas e de lazer, característicos deste espaço e modo de vida. Esses mecanismos podem contribuir para evitar o desenraizamento dos jovens de seus espaços socioculturais.

Mas para que isso se construa e de fato e se garantam essas condições, torna-se imperativo um processo de formação técnico-profissional de qualidade, além da formação geral de todas as disciplinas curriculares, que pode ser na modalidade integrada ou subsequente. Essa formação possibilita aos jovens que já concluíram o Ensino Médio e que permanecem no campo, retornar à escola e se qualificar, além de reincluir no processo formativo, os jovens que não foram para o ensino superior. Os cursos técnicos profissionalizantes podem ser na área Agropecuária, Agroecologia, Administração das Unidades de Produção entre outros.

Para viabilizar este processo e torná-lo menos oneroso é possível utilizar-se das estruturas das Casas Familiares Rurais (CFRs) e vincular as escolas públicas do campo a esta experiência de formação profissional que ao longo dos anos, apesar de inúmeras contradições, mostrou-se muito importante para a formação de jovens camponeses. Pode-se, inclusive, vincular as CFRs à escola base. Esta forma retoma as Casas Familiares Rurais (CFRs): Formação Profissional (para aqueles que optarem), com matrícula destes alunos na escola de Alternância Regular. Neste caso, os estudantes não precisam, necessariamente, pernoitar no local, somente aqueles que tiverem maior necessidade.

Nesse processo de formação profissional, poderá ser associado e possibilitado aos estudantes construir projetos pilotos de produção agropecuária nos mais variados setores e naquelas áreas que mais se adequem à realidade local das unidades de produção e também de seus anseios particulares.

5.5 Cursos de Formação Profissional Subsequente nas Escolas de Alternância Regular

Nas Escolas de Alternância Regular, desenvolver Cursos de formação profissional subsequente, alcançando os jovens que não chegam às universidades.

6. MODALIDADE EDUCACIONAL DO CAMPO

Prevista pela Resolução MEC/CNE/CEB 04/2010, a Modalidade da Educação Básica do Campo garante legalmente a mudanças na escola pública do campo no que concerne a estrutura, conteúdo e forma, assim como a especificidade destas escolas, o que a caracteriza como uma modalidade cultural. Deste modo, a modalidade educacional do Campo é compreendida como se se estivesse reconhecendo e assumindo que existem segmentos sociais que devem ter, legitimamente, uma escola diferente, porque tais segmentos têm especificidades e elas devem ser consideradas na forma de escola legalmente reconhecida (GHEDINI, 2017). Foram diversas referências que ao longo dos últimos vinte anos deram corpo à modalidade, ocupando-se de construir formas da tratar da especificidade das escolas do campo.

6.1 Eixos Temáticos e Organização Curricular

Neste processo de trabalho com as escolas da região sudoeste do Paraná (2015-2019), esta dimensão foi tratada com os Inventários da Realidade que se materializam num Dossiê utilizado no Planejamento Coletivo das Escolas¹. Do trabalho com este instrumental chegou-se à organização de seis eixos formativos² que organizam esta especificidade em

¹ Foram diversas referências ao longo da produção histórica da Educação Campo que possibilitaram avanços em sua organização no sentido de alcançar a realidade e dar conta de sua especificidade como escola do campo. Neste sentido, em várias escolas, esta dimensão passou a fazer parte como mediação pedagógica, articulando o conhecimento escolar aos saberes específicos das comunidades. Mais recentemente, desenvolveu-se um experimento com as Escolas Itinerantes do Estado do Paraná, que trabalhou com os Complexos de Estudo (PISTRAK, 2003 e 2009) com base no Inventário da Realidade, mantendo uma proposta radical no sentido de suas origens. O que se aponta aqui, enraíza-se e articula sentidos e significados destas referências, contudo modifica sua forma de desdobrar-se na escola, de modo que seja um material de uso não só para o planejamento, mas, também de investigação e o estudo na sala de aula. Embora tenha se iniciado em 2015 como um diagnóstico simples, neste momento incorpora o material sistematizado em “Inventário da Realidade: Guia Metodológico para uso nas Escolas do Campo”, construído em 2016 no Seminário: Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo. Veranópolis/RS (IEJC), 16 a 18 de junho 2016. Participaram da elaboração: Roseli Salete Caldart, Ceres Hadich, José Maria Tardin, Diana Daros, Marlene Sapelli, Luiz Carlos de Freitas, Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerioli, Nivia Silva e Adalberto Martins. A orientação deste material em seu original é de que se faça uma experimentação prática nas escolas para dar continuidade a esta construção coletiva.

² As outras modalidades culturais têm propostas com Eixos Formativos, neste sentido a educação do Campo é a que ainda não assumiu oficialmente esta forma de organização curricular.

temas que buscam aproximar o contexto de trabalho, vida e cultura do campo da região, município e entornos das escolas do campo. São eles: Eixo 1 - Percurso Histórico, Ocupação e Infra-Estrutura Pública; Eixo 2 - Biodiversidade, Agroecossistemas e Meio Ambiente; Eixo 3 - Trabalho, Indústria, Comércio e Suas Tecnologias; Eixo 4 - Territórios, Agricultura Familiar/Camponesa e Agroecologia; Eixo 5 - Organizações Políticas, Sociais e Populares e Eixo 6 - Cultura, Relações Sociais e Comunitárias.

Eixo 1 - Percurso Histórico, Ocupação e Infra-Estrutura Pública: compreende-se ser fundamental o conhecimento da história como lugar de transformações do território onde a escola se insere identificando o percurso da comunidade, das famílias, do lugar em que estão vivendo e trabalhando e suas relações com o passado. Também compreender como se veio produzindo organização política e dimensões do público foram sendo delineadas, dando forma a determinadas processos que na atualidade influenciam a vida da escola e das famílias.

Eixo 2 - Biodiversidade, Agroecossistemas e Meio Ambiente: este eixo busca mapear a biodiversidade dos agroecossistemas na região, município e entornos das escolas como as plantas nativas e cultivadas, a criação de animais, os problemas identificados em relação à água, ao solo e aos aspectos estéticos da paisagem. Também compreender a que bioma a área pertence e o que identifica/caracteriza este bioma, como se dá manejo do solo e as práticas de conservação ou recuperação do solo. Identificar os subsistemas produtivos como o cultivo agrícola, a criação dos animais, o processamento de alimentos e outras produções. Este eixo trata ainda dos custos de produção, do trabalho feito em cada unidade de produção e, da estrutura agrária da região, identificando tendências de concentração ou desconcentração de terras. Também traz a depredação da natureza, o conjunto da produção e as alternativas que estão sendo discutidas para solução dos problemas.

Eixo 3 - Trabalho, Indústria, Comércio e Suas Tecnologias: O eixo três vai desdobrar-se com temas como as atividades econômicas iniciais na região, os primeiros sinais da indústria, a extração da madeira e as atividades artesanais. Assim também a indústria do vestuário, vendas e comercialização do vestuário na região, as atividades industriais das comunidades, emprego, trabalho e renda que se dão fora das atividades produtivas do campo.

Eixo 4 - Territórios, Agricultura Familiar/Camponesa e Agroecologia: Este eixo trata dos territórios e suas relações com aspectos específicos desta dimensão como a agricultura familiar e a agroecologia, seus instrumentos, suas organizações e os encaminhamentos para as políticas públicas, assim como o uso de agrotóxicos. Destaca-se também a produção de alimentos no Paraná, a alimentação das famílias, a produção e os cuidados com as sementes crioulas. Outro foco do eixo trata de compreender o caminho dos alimentos utilizados na base alimentar cotidiana das famílias e na merenda escolar: de onde vem cada alimento, onde foi produzido, como e por quem os alimentos foram produzidos, se foram beneficiados ou industrializados, as embalagens, os preços, quem compra, quem vende e onde entre outros aspectos que são levantados na investigação.

Eixo 5 - Organizações Políticas, Sociais e Populares: Este eixo vai desenvolver algumas das relações entre as organizações políticas, sociais e populares da região e do município, como a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Social (ASSESOAR), a Organização do Sindicalismo, a Organização das Mulheres Agricultoras e as Associações da Comunidade, os movimentos sociais populares e as organizações da juventude. Dentre as organizações estão também o cooperativismo e sua organização na agricultura familiar/camponesa como as cooperativas de crédito, as agroindústrias familiares rurais tratando das dificuldades encontradas para suas atividades. A relação da região com as agroindústrias empresariais na produção avícola e nos frigoríficos de carnes. Destaca também

entidades governamentais presentes nas comunidades e municípios como a EMBRAPA e a EMATER.

Eixo 6 - Cultura, Relações Sociais e Comunitárias: este eixo foca-se na Cultura e Expressões Artísticas como a Academia de Cultura do Sudoeste do Paraná, a Cultura nas comunidades, os festivais e os Museus. Trata também da religião e das manifestações religiosas na região e nas comunidades e os lugares sagrados na região e na comunidade. Outro ponto será para o turismo, as belezas naturais, o lazer, as diversões e o esporte também são tratados.

6.2 Tempos e Espaços Escolares na Organização Curricular

Consideram-se aqui alguns aspectos destas dimensões que são mais próximos dos conhecimentos já mobilizados pelos professores. Parte-se desta proximidade com o mundo do trabalho onde estão inseridos profissionalmente, para a partir deste ponto, melhorar o ensino aprendizagem e que é função da escola, compromisso do professor e direito do aluno e, trabalhar com a especificidade da Educação do Campo.

Relação entre Eixos Formativos e Conteúdos do Referencial Curricular do Paraná – esta relação se dá mediada por instrumentos como os Mapas de Conteúdos e Conceitos, o Dossiê da Realidade das Escolas (Fontes Educativas e Porção da Realidade) tendo como espaço primordial o Planejamento Coletivo Interdisciplinar que se realiza trimestralmente na Jornada de Saberes e Planejamento.

Auto-Organização e Acompanhamento do Estudo e Ensino – este processo tem prioridade para a organização da sala de aula na relação interdisciplinar que possibilita aos professores trabalharem coletivamente nos Encaminhamentos Metodológicos desenvolvendo Atividades de Encontro das Disciplinas com os estudos em grupos que permanecem durante um trimestre com autogestão dos estudantes. Neste coletivo os estudantes acompanham o Planejamento que está visível em cada sala de aula, assim como as respectivas atividades do trimestre.

Círculo de Saberes e Conhecimentos - No final de cada trimestre, escolhem-se Atividades de Encontro das Disciplinas que melhor expressem o processo vivenciado na série e se faz a socialização com a coletividade da escola num dos períodos de aula.

Varandas de Partilha - é o momento em que a família vai até a escola e, escola e família partilham atividades, ações culturais, de trabalho, de estudo, de festa, de integração com a comunidade, outras famílias, organizações locais e instituições.

Trilhas Família-Escola - As trilhas acontecem com a intencionalidade de que os professores conheçam a realidade das comunidades dos entornos da escola pública do campo, inserindo a escola nas comunidades, produzindo vínculos entre esta instituição e os povos que ali vivem.

Vínculos sociais com o trabalho e a cultura – espaço em que se privilegia a autoestima e a identidade com o trabalho do campo e conta com a organização de coletivos de estudantes que assumem espaços como a horta, o jardim, o quintal da escola, os alimentos cultivados pelas famílias, os cuidados com as nascentes e rios, o trato dos resíduos entre outras diversas dimensões do trabalho e da cultura do lugar onde está inserida a escola.

Salas Laboratórios - As salas laboratórios são “espaços-laboratório”, ou seja, espaços onde se tem um pouco mais de condições no sentido de estrutura e materiais para a o ensino e

estudo na apropriação do conhecimento científico. Já não mais se usa a nomenclatura de “6º, 7º, 8º e 9º anos” e, sim, Laboratório de Português, de Matemática, de Educação Física, etc...Nesta forma de organizar são os estudantes que trocam de sala e não os professores. Ao som do sinal, guardam o material e realizam a mudança de sala. Uma questão importante quanto ao horário das aulas é agrupar de duas a três aulas da mesma disciplina, evitando deixar somente uma aula no dia.

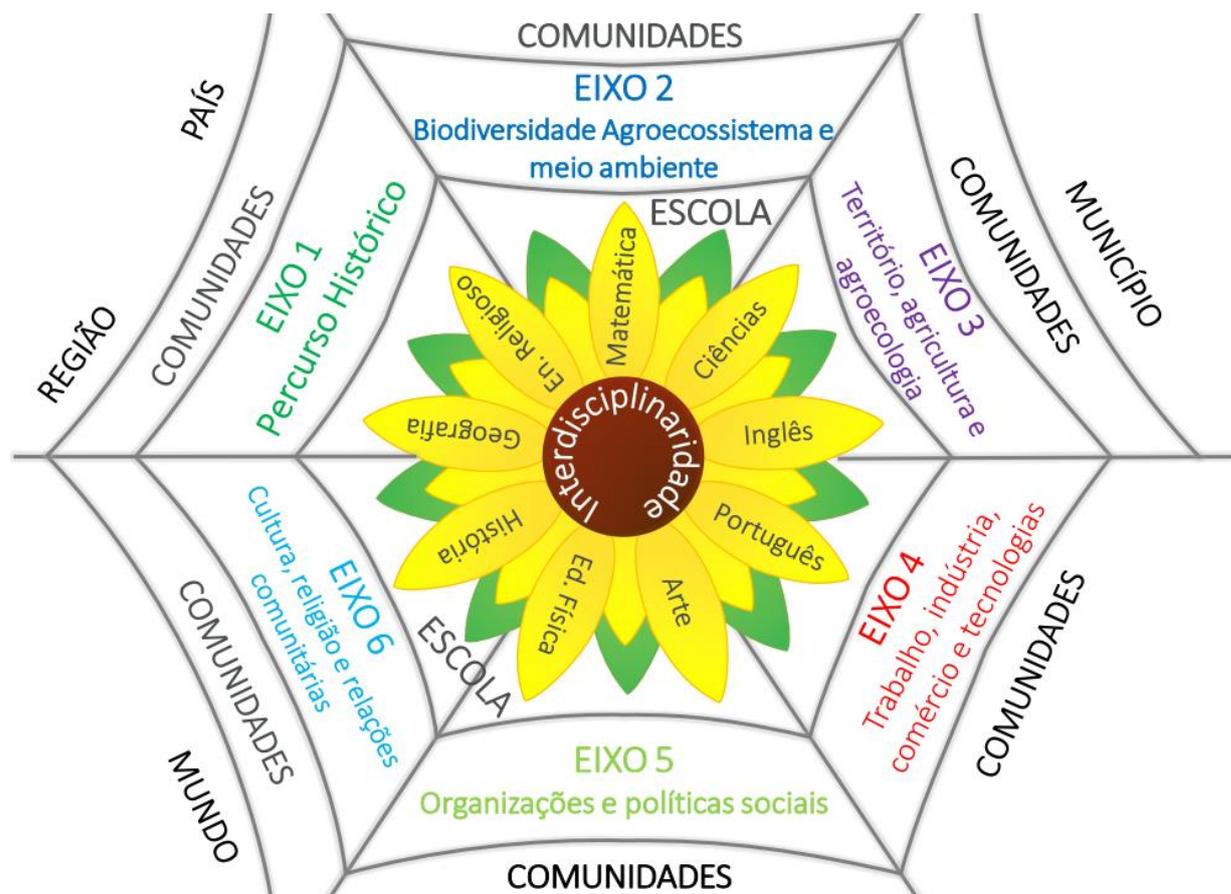
Reagrupamento por necessidades e potencialidades³ – O reagrupamento poderá se dar em torno das necessidades⁴ e potencialidades⁵ dos sujeitos (o sujeito aprende e se desenvolve nas relações entre os sujeitos, com o contexto e com o objeto a ser conhecido, neste caso o conteúdo), ou seja, é um tempo e espaço para possibilitar novas relações com outros sujeitos, estudantes e professores. Ao agrupar todos os estudantes por necessidades precisamos estar atentos às e potencialidades garantindo, dessa forma, que todos avancem. Isso deve tirar de nossa prática, em sala de aula, a ideia de classes “parelhas”, homogêneas, pois as diferenças no desenvolvimento são condições para o processo educativo. Avança aquele que tem maiores limites, mas avança aquele que já está num estágio desejado, assim todos aprendem.

6.3 Diagrama da relação entre os Eixos e as Disciplinas

³ Tomando por base o PPP da Escola Iraci Salete Strozack e a forma de organização os Ciclos de Formação Humana. Nesta proposta trabalha-se com agrupamentos referências e os reagrupamentos. Os agrupamentos referências são as turmas de origem, nas quais os estudantes são matriculados e os reagrupamentos são novas turmas constituídas sempre que necessário.

⁴ NECESSIDADES: optamos por este conceito em detrimento da ideia de dificuldade. Compreendemos que o sujeito tem maiores ou menores necessidades de apropriação de certo conceito e para isso a escola precisa organizar seu tempo e espaço para desenvolvê-los, superando a linearidade e hegemonia. Portanto, precisamos reagrupar para atender estas necessidades dos sujeitos aprendentes. As necessidades podem ser na ordem do conhecimento como nas relações sociais e elas devem ser superadas com ações de educadores e entre os próprios educandos, portanto os educandos serão re-agrupados pelas necessidades.

⁵ POTENCIALIDADES: todo sujeito é sujeito de potencialidades (Vygotsky). São capacidades/potencialidades que o sujeito desenvolveu em sua formação e no contexto social e, que podem ser ainda mais desenvolvidas de acordo com o interesse de cada um e do coletivo, mas fundamentalmente com aquilo que iremos oferecer na escola. São agrupamentos livres ou dirigidos, nas oficinas de arte-educação (música, plástica, cênica...), nas áreas do conhecimento, na organicidade do Movimento e outros, onde os mais experientes ensinam os ainda menos experimentem em ofícios, conhecimentos e artes.



6 PROFESSORES: FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Estas mudanças nas Escolas de Multianos e Alternância Regular precisam contar com formação continuada e específica aos professores. Destacam-se alguns pontos:

- 6.1 Formação de professores** – pode ser realizada pelas universidades públicas na forma de projeto de extensão: (UNIOESTE, UFFS, UNICENTRO, UTFPR e IFPR), contando com parcerias com os órgãos do Estado e organizações locais.
- 6.2 Formação inicial** - conta-se com professores já formados por área de conhecimento em diversas edições de Cursos de Educação do Campo (Licenciatura) no país, para atuar nesta escola do campo.
- 6.3 Formação Continuada** – precisa desenvolver-se como formação permanente com acompanhamento pedagógico para dar conta das mudanças nas escolas; estar articulada ao trabalho pedagógico e às mudanças que ocorrem nas escolas, pois esta se dá em mão dupla, ou seja, na forma da escola e na forma metodológica utilizada pelos professores.
- 6.4 Especialização** – desenvolver um curso por áreas com foco na interdisciplinaridade e as monografias produzidas em grupo, com pesquisas para produzir materiais didáticos para as escolas que estão construindo a nova proposta. Pode-se, aproveitar professores egressos dos Cursos de Pós-Graduação das universidades parceiras.

6.5 Distribuição de aulas - os professores teriam padrões de 20h no mínimo e, preferentemente, outro padrão também em escola do campo próxima, a fim de criar vínculos com a proposta da escola do campo e articular as ações numa lógica territorial assim como a formação continuada

7 LEGISLAÇÃO

7.1 Modalidade Educacional do Campo - Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010

Art. 35. Na modalidade de Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo-se orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Art. 36. A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ter acolhidas, como a pedagogia da terra, pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a pedagogia da alternância, na qual o estudante participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante (BRASIL, 2010, p. 12).

7.2 Quem é Escola do Campo - Decreto nº 7.352/2010

§ 1º-Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

[...] II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§ 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º.

§ 3º As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2010, p. 1).

7.3 Transporte Escolar

- Decreto nº 7.352/2010

Art. 2º) São princípios da educação do campo:

[...] X - oferta de transporte escolar, respeitando as especificidades geográficas, culturais e sociais, bem como os limites de idade e etapas escolares” (BRASIL, 2010, p. 1).

- Parecer CNE/CEB nº 3/2008

Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

§ 1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades.

[...]

Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida.

Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo.

Art. 5º Para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, integrado ou não à Educação Profissional Técnica, a nucleação rural poderá constituir-se em melhor solução, mas deverá considerar o processo de diálogo com as comunidades atendidas, respeitados seus valores e sua cultura.

§ 1º Sempre que possível, o deslocamento dos alunos, como previsto no caput, deverá ser feito do campo para o campo, evitando-se, ao máximo, o deslocamento do campo para a cidade.

§ 2º Para que o disposto neste artigo seja cumprido, deverão ser estabelecidas regras para o regime de colaboração entre os Estados e seus Municípios ou entre Municípios consorciados (BRASIL, 2008, p. 2).

- Lei nº 12.960, de 27 março de 2014

Art. 28. Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 2014, p. 1).

REFERÊNCIAS:

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2009.

BOF, Alvana Maria; SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno; OLIVEIRA, Liliane Lucia Nunes de Aranha. Iniciativas de educação para o meio rural nos municípios brasileiros. In: BOF, Alvana Maria (Org.). **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 193-207.

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de educação do campo e o programa nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. 05 nov. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.960, de 27 março de 2014**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/114664351/lei-12960-14>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01, de 03 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 03 abr. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de educação do campo e o programa nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. 05 nov. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992&Itemid=866>. Acesso em: 31 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 3/2008**. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb003_08.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 1 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 1, de 02 de fevereiro de 2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992&Itemid=866>. Acesso em: 3 jan. 2013.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a educação do estado no meio rural: traços de uma trajetória**. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

FREITAS, Luiz Carlos; SAPELLI, Marlene Siebertt; CALDART, Roseli Salette. **Plano de Estudos** – Escolas Itinerantes do Paraná. 1ª edição. Cascavel, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIM, A. et al. (Orgs) **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010b.

GHEDINI, Cecília Maria. **A produção da Educação do Campo no Brasil: das referências históricas à institucionalização**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação; Rio de Janeiro: 2015. Tese (doutorado).

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas públicas. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MUNARIM, Antonio. **Políticas de educação rural na região da Catalunha (Espanha) e Argentina e políticas de educação do campo no Brasil: aproximações**. 2012. 128f. Estágio Pós-Doutoral (Relatório final) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

PALUDO, Conceição. Educação popular e educação do campo: nexos e relações. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Educação popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Governo Do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Curitiba, PR: SEED, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio**. Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução 4783 - 28 de Outubro de 2010**. Disponível

PISTRAK, Moisey. **A Escola-Comuna**. Trad. de Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da escola do trabalho**. Trad. de Luiz Carlos de Freitas. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAVIANI, Nereide. A Conversão do saber científico em Saber escolar. In: Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 4ª ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2003. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo-método no processo pedagógico**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SFORNI, Marta Sueli de Faria e GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. **Conteúdos escolares e desenvolvimento humano: qual a unidade?** Comunicações: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP. Ano 13, Nº 2, p. 150-157. São Paulo, 2006. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/946/454>> Acesso em: 10 fev 2018.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. **Interação entre Didática e Teoria Histórico-Cultural**. *Educ. Real*. [online]. 2015, vol.40, n.2, pp.375-397. Epub Apr 03, 2015. ISSN 2175-6236. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623645965>.